

COMENTÁRIO

Disputas e impasses no campo minado¹

RITA TEREZINHA SCHMIDT
(UFRGS/CNPq)

Um campo minado é uma zona litigiosa, de conflitos, precisamente porque se apresenta com valor estratégico para grupos que a disputam entre si. Para um grupo, trata-se de um lugar a ser defendido e preservado, para outro um lugar a ser conquistado. Nesse lugar, os sujeitos são determinados por um campo de forças que mantém, sem distensionar nem obliterar, uma alteridade sempre presente, diante e fora desses sujeitos, ancorada em outro lugar. Nesse campo, a palavra de ordem é resistir.

Essa metáfora, sintoma e resposta das tendências que se processam no interior da literatura comparada no Brasil, inscreve a leitura que faço da coexistência de posições crítico-teóricas pontuadas por divergências e incompatibilidades quanto a definições de paradigmas disciplinares, suas articulações e fronteiras, num quadro de relações epistemológicas e contextos históricos e sociais, que é também uma combinação de lugares ocupados e de poderes mantidos ou desejados. Não quero dizer que ignoro a existência de discursos intermediários ou sobrepostos, que negociam as polarizações figuradas nessa imagem. Contudo, acredito que as posições a que me refiro são representativas de tendências que atraem as variações para seus campos de influência.

Fala-se que a literatura comparada vive sob o signo de uma crise de identidade, que é sem dúvida perturbadora, pelas questões que têm sido levantadas: do que é que se fala quando se fala de literatura? que objetos são comparáveis? que tipo de relações, perspectivas analíticas e discursos críticos são relevantes, ou até mesmo, legítimos? Muitas vezes, o teor dos questionamentos suscita suspeitas de que, em nome de rigor disciplinar, o que se deseja mesmo são critérios normativos, no sentido de se poder distinguir o que é literatura do que não é, de se estabelecer o que pode ser comparado e o que não pode, um indicativo claro de confronto entre o paradigma tradicional da literatura comparada e os modelos interpretativos das teorias contemporâneas da literatura.

Foi inevitável que a crise de identidade chegasse ao ponto de se colocar em causa a própria legitimidade e autoridade do enunciado 'literatura comparada'. As marcas que singularizam a temática do VI Encontro da Abralic, *Literatura Comparada = Estudos Culturais?* — uma equação e uma interrogação —, dramatizam os deslocamentos e as incertezas resultantes da crise que, de certa forma, veio se anunciando nas temáticas dos encontros realizados ao longo dessa década: *Literatura e memória cultural* (1990); *Limites* (1992); *Diferença* (1994); e *Cânones e contextos* (1996). Sob a pressão das teorias que emergiram na esteira pós-estruturalista, essas temáticas se pautaram por uma flexibilização das fronteiras do literário, abrindo caminhos para reflexões sobre inter-relações culturais e literárias, sobre a inserção de formas literárias em histórias locais e estruturas ideológicas, sobre cânones e formações identitárias e discursivas ex-cêntricas, sobre reconfigurações do nacional e do regional pelo viés da diferença. No exame dessas reflexões, foi significativo o insistente questionamento, não da universalidade, mas do falso universalismo e os sistemas de verdade e valor que se imbricam na constituição de centros hegemônicos e sustentam seus mecanismos de exclusão. De modo geral, buscou-se recodificar a realidade que denominamos cultura, a partir de pontos de vista móveis num campo de objetos heterogêneos.

Paralelamente, em face à indefinição de limites instaurada por essas e essas mesmas reflexões e a conseqüente sensação de perda de

DISPUTAS E IMPASSES NO CAMPO MINADO

referenciais, até então consensuais, da matriz disciplinar, como a noção de valor e a especificidade da literatura, declarava-se a necessidade premente de ordem, de hierarquia, de sistemas categoriais, de critérios fixos para a unidade e a coerência da disciplina, sob pena de a literatura se reduzir a “apenas uma das formas da cultura”², e de a literatura comparada, metodologicamente falando, vir a se descaracterizar por completo “como uma área de vale-tudo”³. A reação à ameaça do relativismo sem limites, identificado com o influxo da teoria e de seu sub-produto mais recente, os estudos culturais, deu margem a argumentações surpreendentes no último congresso⁴. A partir de uma associação do processo de revisão canônica (diga-se, reconhecimento de produções marginais) em países como os Estados Unidos, com a vigência de uma retórica globalizada exportada pelos redutos do poder cultural (leia-se, universidades norte-americanas), é feito um alerta aos intelectuais brasileiros sobre a ameaça que paira sobre a autonomia da literatura brasileira, no sentido de que qualquer tentativa de democratizar nosso cânone não pode significar subserviência a juízos de valor ditados pelo outro. O subtexto não deixa dúvidas de que interferir no cânone da literatura brasileira significaria desnacionalizar nossa literatura. Enquanto reforça as premissas de um sentido de nação e do nacional que se acumplicia com uma determinada forma de conceber o nacional, isto é, o nacional naturalizado via o canônico literário, contra um possível colonialismo norte/sul, o texto silencia quanto à questão dos colonialismos internos que se reproduzem em todos os níveis da vida nacional. Frequentemente esquece-se de que o nosso cânone, do ponto de vista político, foi uma peça eficiente do processo colonizador, como bem coloca Antonio Candido em seu ensaio “Literatura de dois gumes”⁵.

Não obstante a variabilidade de discursos que plasmam as práticas comparatistas no país, eu diria que a emergência dos estudos culturais, posta como possível caminho para a literatura comparada, se tornou o ponto fulcral do alinhamento de forças no campo minado. É

preciso salientar que, enquanto a oposição à nova tendência, menos expressiva mas combativa, mobiliza argumentos vaticinando o fim da literatura, da imaginação, da inteligência e da crítica, a maioria, para a qual jamais ocorreu abandonar a literatura como objeto de estudo, não pleiteia a necessidade de reconfigurar a literatura comparada como estudos culturais para que possa realizar o estudo da literatura em sua interface com outros discursos, da cultura e da história, por exemplo, para melhor apreender o sentido e o estatuto de suas construções. Examinando por alto a produção do V Encontro da Abralic, realizado em 1996, não creio que se possa afirmar que a perspectiva predominante seja a dos estudos culturais, até porque o foco continua sendo a literatura, sob uma diversidade de enfoques teóricos e metodológicos, sem qualquer intencionalidade de reescrever a antinomia tipo alta literatura ou cultura erudita X baixa literatura ou literatura com questionável valor literário. Em verdade, reverberações dessa antinomia perpassam os discursos hostis aos estudos culturais, o que me leva a pensar que o X da questão não é os estudos culturais em si, mas a resistência às forças que impelem a literatura comparada para fora de seus eixos fundantes, ou seja, seu paradigma matricial, no diapasão etnocêntrico/eurocêntrico. Tal resistência obstaculiza a distinção, na diversidade das práticas, dos sinais de um movimento geral, do indício de uma reorganização disciplinar e, por isso, constitui o maior impedimento para uma percepção da disciplina em seu dinamismo, no campo intelectual e em sua situação histórica. Convém assinalar que desestabilização e reorganização não são privilégio da literatura comparada, já que todas as disciplinas das chamadas Ciências Humanas e Sociais estão passando por uma revisão de paradigmas de forma a pensar o plural de sistemas inter-relacionados.

Não é minha intenção, de maneira alguma, fazer uma apologia dos estudos culturais. O que me parece é que seria ilusório supor politicamente neutra a sua oposição, uma vez que esta extrapola a problemática acadêmica da identidade da literatura comparada na medida em que se projeta no campo de valores culturais, onde os posicionamentos estão intimamente implicados nas afiliações, interesses

e convicções pessoais. A princípio, não há nada de errado com posicionamentos. De alguma forma, não saímos ilesos diante das teorias contemporâneas, uma vez que tornar-se consciente delas nos coloca frente a frente com nossas próprias premissas estéticas e ideológicas. O problema é quando posicionamentos filtram um discurso social que afirma o privilégio de um grupo de determinar, de forma essencialista, o valor de um texto para que possa ser considerado parte do sistema literário brasileiro (ou ocidental), ou então, de sustentar um regime de verdade que promove apenas determinados objetos como nosso capital simbólico. Não é possível negar o fato de que os discursos mais contundentes contra os estudos culturais partem, com efeito, de críticos e intelectuais que partilham de uma homogeneidade de meio, de classe e de formação intelectual padronizada e determinada pelos moldes da cultural ocidental européia, a qual não deixa de ser uma construção retórica, dadas as heteronomias culturais nos países e entre os países que a constituem. São esses críticos os mais veementes com relação à questão de valor literário, talvez porque a relativização do conceito de valor, num momento em que se redimensiona o conceito do literário a partir de perspectivas históricas e discursos localizados e se dilatam as fronteiras do que foi construído histórica e institucionalmente como literário, represente uma ameaça aos valores de suas bagagens intelectuais, valores comprometidos com formas dominantes de reprodução cultural e produção de subjetividades sociais.

Todos nós estamos sujeitados à lei tácita de um lugar particular cujo conjunto de determinações, mas também de opções, fixam os limites de onde e de como é possível falar. Assim, o lugar de onde se fala, no espaço social, emerge silenciosamente no discurso e se reproduz no nível do conteúdo intelectual. Situada também num lugar do campo minado, gostaria de fazer algumas reflexões sobre alguns tópicos que têm me preocupado e que dizem respeito às discussões em curso. Corro o risco de simplificações, dada a impossibilidade de me estender. Cada tópico, na verdade, mereceria um texto à parte.

Falando de estudos culturais

A questão do consumo de teorias e movimentos em voga no exterior sempre foi problematizada pela intelectualidade brasileira. Não são de hoje os questionamentos sobre sua recepção e utilização, muitas vezes com desconhecimento dos contextos originários de produção e dos movimentos correlatos que ensejaram sua emergência. No caso dos estudos culturais, a semantização de seu enunciado tem se dado em discursos que estabelecem uma rede de associações lineares: estudos culturais, multiculturalismo, pós-moderno, politicamente correto, como se fossem enunciados equivalentes ou intercambiáveis. É preciso que se diga que nos Estados Unidos, muitas das práticas no campo dos estudos culturais não passam necessariamente pelo multiculturalismo, assim como teorias pós-modernas têm sido parcialmente deslocadas em favor de estudos culturais principalmente na disciplina e área de Estudos Americanos⁶, onde os estudos sobre cultura sempre foram o foco principal. Essa disciplina, que veio a ser uma área de estudo, foi implantada após a Segunda Guerra Mundial, a partir dos estudos sobre literatura e cultura nacionais realizados nos departamentos de Inglês. Assim, é preciso esclarecer que a genealogia dos estudos culturais remete aos departamentos de Inglês, e não aos departamentos de literatura comparada. Se, por um lado, existe um reconhecimento de que os estudos culturais, em muitos casos, têm sido facilmente assimilados através de mecanismos institucionais e transformados em capital social e econômico que os colocam no mercado comodificado de bens intelectuais, até como forma de atrair alunos e trazer recursos para as universidades, por outro lado, há uma corrente intelectualmente não corrompida pelos valores de mercado, influenciada pela tradição inglesa e referenciada no trabalho de Raymond Williams e Stuart Hall, que se define como um projeto intervencionista, cujo viés crítico-reflexivo converge para o estudo da cultura e seu papel nas formações sociais, do ponto de vista da produção de significados e valores nos processos de dominação e exclusão. O campo, em expansão, de possibilidades dos estudos culturais fica evidenciado nas categorias arroladas na coletânea

de 40 ensaios publicada em 1992, organizada por Lawrence Grossberg, Cary Nelson e Paula Treichler, sob o título *The Cultural Studies Reader*. Tais categorias incluem nação e identidade nacional, colonialismo e pós-colonialismo, gênero e sexualidade, raça e etnicidade, cultura popular e suas audiências, ciência e ecologia, políticas identitárias, pedagogias, a política da estética, instituições culturais, a política da disciplinaridade, discurso e textualidade, história e cultura global na época pós-moderna. Aos argumentos de que os estudos culturais nos Estados Unidos reduzem textos literários a conteúdo, poder-se-ia dizer que basta uma visada no *American Quarterly*, periódico da Associação dos Estudos Americanos, para se provar o contrário. Em relação ao politicamente correto, que nasceu no bojo da guerra fria da política cultural nos anos 80, e que tem suas ligações com a tradição do liberalismo político norte-americano, pode-se dizer que foi um termo indeterminado desde sua gênese⁷ e que, ainda hoje, não há consenso sobre seu significado, podendo designar tanto os intelectuais “terroristas”, acusados pela direita de defender as minorias e outros grupos tradicionalmente silenciados nos discursos político e cultural dominantes, quanto designar a hipersensibilidade de liberais conservadores que detêm o monopólio sobre o discurso de valores culturais, e até mesmo qualificar a defesa da mata atlântica ou a luta pela preservação das baleias.

Resumindo, se o discurso oposicional aos estudos culturais homogeneiza suas práticas fazendo *tabula rasa* de suas diferenças numa associação linear de termos que, embora venham a convergir em alguns pontos, não são idênticos e não têm um mesmo campo semântico, sob a alegação de que sua agenda converte a literatura e a cultura ao ideológico e ao político, pode-se contra-argumentar dizendo que a literatura está na cultura e que a cultura é política, desde sempre. Ignorar ou suprimir esse conhecimento é uma manobra que não é menos ideológica do que aquela contra a qual esse discurso se posiciona.

Sobre valor

A questão de fundo, cultura X arte, que se articula nas entrelinhas do debate sobre as relações entre literatura comparada e estudos culturais, nasceu com um sistema de diferenciação e classificação de artefatos culturais forjado no interior da cultura ocidental moderna. Enquanto pelo termo “cultura” se entende práticas tradicionais e coletivas, o termo “arte” está associado ao trabalho singularizado pelos processos de criação e imaginação individual. Nessa perspectiva, o artefato artístico é desvinculado da cultura em seu sentido amplo, para ser instalado num campo de valor onde a sua forma ideal, autêntica e permanente, abstraída de seu contexto original de produção, autoriza a própria possibilidade de valor como tal. É desse sistema estético-cultural que resulta a distinção entre valor estético e valor cultural, os quais traduzem, *grosso modo*, a cisão entre cultura erudita e cultura popular, no campo que genericamente definimos como cultura. Assim se refere ao sistema, o crítico inglês Steven Connor: parece haver um efeito de complementaridade construído no sistema, onde o propósito e o efeito de distinções categoriais entre diferentes tipos de valor não só mantêm distinções entre objetos mas também distinções categoriais de valor em relação a objetos exemplares⁸. Esse sistema de distinção e classificação resultou na clivagem disciplinar entre as ciências sociais e antropológicas e as humanidades, onde os estudos literários se institucionalizaram como sendo as belas-letas.

Pode-se dizer que a questão do valor literário adquire vigência e se articula dentro do discurso da modernidade, discurso esse referenciado numa formação social que produziu um conjunto de instituições disciplinares, práticas e discursos relativos à arte, dentro de pressupostos que legitimaram a ordem de um mundo político, social e cultural estruturalmente hierarquizado em nome da razão, civilização, progresso e conhecimento. No momento em que os discursos pós-estruturalistas e as teorias pós-modernas literalmente sitiam o poder simbólico da cultura-valor e desestabilizam suas categorias e formas de

DISPUTAS E IMPASSES NO CAMPO MINADO

representação, enfatizando a necessidade de se examinar o viés hegemônico da formação social da modernidade ocidental, na qual a cultura assume funções distintas de legitimação de identidades, o campo amplo da cultura e de suas categorias passam a ser objeto privilegiado de investigação. É nesse quadro que se materializa o temor de que a literatura, cuja identidade foi construída historicamente na esfera da cultura erudita, venha a perder seu estatuto e de que os objetos estéticos, que garantem esse mesmo estatuto, sejam substituídos por objetos sem valor ou pela não-literatura, que alguns identificam como produto da barbárie pós-moderna. É desse contexto que se recorta a dicotomia entre valor absoluto e relativismo, associado à ausência de valor. Em relação a essa questão, impõem-se algumas considerações.

A relativização do valor não é uma negação de sua concepção mas uma decorrência da própria estrutura reflexiva que sujeita a noção de valor à força da avaliação. Valor vem a ser valor justamente por causa de atos de avaliação. Como assinala Steven Connor, o valor está no campo da expansão, da abertura, da alteridade. O critério de valoração estética como forma de afirmar a legitimidade das obras tidas como modelares da cultura ocidental e das obras que constituem os cânones nacionais inscreve o valor como sendo uma categoria objetiva, incondicional, dentro de uma orientação universalista, de fixidez a-histórica, contrária à própria natureza da categoria valor. Dentro dessa perspectiva em que a arte é colocada como categoria objetiva de valor, cabe perguntar se a defesa do valor estético não integra efetivamente o discurso que se constrói para afirmar ou contestar certos patamares de valores em nossa cultura, e se esse discurso não é parte de estratégias através das quais se confere autoridade a certas representações e, conseqüentemente, a certos pontos de vista. Sob esse viés, defender valor é preservar um poder: o poder de regular o lugar, a prática e a circulação social dos objetos culturais de uma cultura. Essa é declaradamente uma posição essencialista. E somente de uma posição essencialista é que se pode afirmar, essencialmente falando, o que não é literatura.

Baixa literatura?

As teorias contemporâneas suscitam hesitações e antagonismos, principalmente do ponto de vista de uma ótica asséptica que tem ojeriza ao social-histórico e que busca a preservação de formas de pensar o literário e a cultura dentro de uma economia de valor entranhada na ideologia da estética e na idealização da literatura. Ao questionar o monolítico e o homogêneo em nome da diversidade, ao deslocar o abstrato, o geral e o universal para pensar o concreto, o específico e o particular, ao contextualizar e historicizar para iluminar o contingente, a teoria tem gerado novos contextos para o conhecimento, começando justamente pela problemática de sua produção: como, onde, por quê, para quem e para quê o conhecimento é produzido. Para alguns, esse movimento de descentralização do lugar da teoria e do saber significa perda, desagregação e caos. Para outros, significa o desafio de reelaborar a dimensão e a importância social da literatura na cultura, a partir da historicização de seu contexto e de suas representações.

A atenção ao discurso das minorias e a emergência das categorias de gênero, raça e classe como instrumentos analíticos têm gerado uma contestação cáustica na esfera da crítica literária tradicional. Observa-se uma inconformidade com o que essa crítica considera ser a banalização da literatura, transformada em um bem comodificado, de consumo fácil, por acadêmicos e estudiosos da literatura que cedem às pressões de uma barbárie globalizada (patrocinada pela academia norte-americana, particularmente) e cujo objetivo é desacreditar os parâmetros da cultura no plano da estética e do valor literário. Para os críticos que se alinham a esse posicionamento, a utilização, nos estudos literários, das categorias referidas acima, obedece a fins políticos, voltados a reivindicações particularistas, as quais colocariam em risco de extinção os valores da alta cultura, o reduto da “criação desinteressada, ou interessada em ampliar o conhecimento e a experiência humana, em aguçar os meios de expressão, em despertar o senso crítico, em imaginar outra realidade”⁹.

Se considerarmos que a perspectiva significante do “outro”,

inscrita nas categorias da diferença, tem possibilitado levantar uma série de questionamentos sobre as práticas representacionais canônicas, redimensionando, com isso, não somente o que recebemos e tomamos como nosso legado histórico, literário e cultural mas, principalmente, os próprios valores de universalidade e totalidade inerentes aos princípios que regulam a produção do saber ocidental, seremos forçados a reconhecer que a apologia da alta literatura circunscreve a produção literária num campo simbólico privilegiado de representações que, na realidade, produzem certas subjetividades sociais e culturais e confirmam uma determinada ordem social¹⁰. Contudo (e aqui reside um dos pontos vulneráveis da defesa do estético), é postulada a autonomia da alta literatura em relação à esfera da vida social.

O que fica evidente nesse discurso é sua relação contraditória com a ideologia na qual é gestado. Ao mesmo tempo em que pressupõe uma visada crítica não contaminada por interesse específicos, de natureza ideológica, objetiva, na prática, as divisões, as exclusões e a negação da diferença que sustentam a dominação do pensamento burguês. Poder-se-ia perguntar, por exemplo, por que somente à alta cultura é dada a prerrogativa de ampliar o conhecimento da experiência humana? Ingênuo seria supor que a sabotagem à agenda emancipatória da diferença e que, muitas vezes, toma a forma de um anátema ao pós-moderno, não se acumplicia com formas de reprodução social que asseguram a hegemonia de sistemas dominante de conhecimento¹¹.

O gênero, assim como a raça, a classe, a etnia, a nacionalidade, são categorias da diferença que se inscrevem no horizonte dos processos históricos, políticos e culturais e das práticas teórico-críticas da contemporaneidade. Curioso é que, enquanto associadas à demanda de sujeitos históricos nos campos social e político, essas categorias são reconhecidas como legítimas. Contudo, nos estudos literários no Brasil, via de regra, é significativo seu descrédito como signos com função significante na produtividade da escritura, nos códigos de representação, na política textual. É lamentável a diatribe em torno do “conteúdo

ideológico” de tais categorias, argumento que serve para estigmatizar estudos e pesquisas voltadas ao resgate de textos culturalmente diferenciados, marginalizados pela tradição crítica em função de seus pertencimentos discursivos e que, justamente, possibilitam recuperar as diferentes partes dessa história, que é também a nossa, e estabelecer pontos de identificação na construção de posicionalidades a que chamamos identidade cultural. No movimento da teoria à prática analítica, a diferença passa a se constituir muito mais como um conceito abstrato e uma retórica do que como uma categoria operacionalizada pelo olhar crítico.

Como se pode depreender, a cena crítica contemporânea é o lugar da enunciação da dialética da identidade e da diferença, de alinhamentos e resistências, de comunidades possíveis e de conflito social real, portanto, o que está em jogo não é a definição de literatura comparada, a literatura com ‘L’ maiúsculo, juízos de gosto, nem tampouco esse ou aquele modelo interpretativo, mas sim a direção que se quer dar à construção do conhecimento de forma que este, em lugar de se colocar a serviço de saberes institucionalizados no contexto da reprodução lógica da dominação capitalista e patriarcal, possa, efetivamente, se configurar como força político-epistemológica de intervenção nas condições materiais de vida e vir a potencializar na cultura a vontade utópica de uma comunidade de existência social mais humana e solidária.

O foro da Associação Brasileira de Literatura Comparada tem se tornado o campo minado onde o discurso crítico sobre as relações entre literatura e cultura se apresenta sob forma de uma guerra cultural multiforme entre o rígido e o flexível, para usar a imagem de Michel de Certeau, com cujas palavras encerro:

do saber científico, quando exclusivo, até os discursos medíocres sobre os “valores” ou sobre o humanismo, há milhares de maneiras de eliminar outras existências. Elas têm como característica comum a vontade de instaurar a unidade, isto é,

DISPUTAS E IMPASSES NO CAMPO MINADO

um totalitarismo. A cultura no singular impõe sempre a lei de um poder. À expansão de uma força que unifica colonizando e que nega ao mesmo tempo seu limite e o outro, deve se opor uma resistência¹².

NOTAS

1. Texto cuja versão original foi apresentada no VI Encontro da Abralic (Associação Brasileira de Literatura Comparada), realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, em agosto de 1998. Incluído aqui como comentário sobre as discussões em torno ao tema do Encontro — “Literatura Comparada = Estudos Culturais?”.

2. Segundo Leyla Perrone-Moisés, em “A crítica literária hoje”. In: *Anais do V Congresso da Abralic*, v. 1. Rio de Janeiro: Abralic, 1997. p. 85.

3. Luiz Costa Lima. “O comparatismo hoje”. In: *Anais do V Congresso da Abralic*, v. 1. Op. cit., p. 83.

4. Refiro-me ao texto de Leticia Malard, “Cânone e retórica globalizada”. In: *Anais do V Congresso da Abralic*, v. 1. Op. cit., pp. 339-43. No texto “Comparatismo literário e valor cultural”, Wander Melo Miranda faz reflexões pontuais sobre o conceito de identidade cultural, do ponto de vista da irredutibilidade do heterogêneo, condição pela qual se constituem os traços de identidade de uma cultura. Segundo Miranda, “o elemento nacional ou marco-regional, enquanto traço de identidade literária, por exemplo, só adquire valor de referência quando respaldado pela heterogeneidade que o constitui e que o torna singular no conjunto das representações simbólicas em que se insere. Pensar estas últimas é, pois, considerar formas liminares de representação social e de práticas políticas, levando-se em conta a diversidade que as caracteriza e que só pode ser percebida com clareza do ponto de vista dos impasses e contradições que permeiam todo contingente cultural na contemporaneidade. Estudos recentes, no campo dos discursos das minorias sexuais, étnicas e de gênero têm desempenhado papel significativo no tocante ao desenvolvimento de teorias e métodos comparatistas, assinalando a existência de fronteiras internas que demarcam o espaço heterogêneo da identidade a ser compartilhada. Não se trata de inverter o eixo da discriminação, instalando o excluído ou marginalizado no centro. A emergência dos discursos

TRAVESSIA

minoritários resulta num movimento dual de alargamento e estreitamento de fronteiras culturais, tendo em vista os ‘territórios’ a serem cedidos ou conquistados no âmbito das diferenças sociais e das lutas políticas”. In: *Anais do VI Congresso da Abralic* (CD-ROM). Florianópolis: Abralic, 1998.

5. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.

6. Ver “Notes towards a politics of American criticisms”. In: Paul Bové. *In the wake of theory*. London: Wesleyan University Press, 1992.

7. Ver Michael Bérube. *Public Access: Literary Theory and American Cultural Politics*. New York: Verso, p. IX.

8. De acordo com Connor, em *Theory and cultural value*. Cambridge: Blackwell, 1992. p. 248.

9. Segundo definição de Leyla Perrone-Moisés, em *Altas literaturas*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 206.

10. Em seu texto “A teoria em crise”, Eneida Maria de Souza, ao elaborar sobre as tendências culturais e literárias que caracterizam o cenário da teoria contemporânea, afirma: “Por trás da discussão do gosto estético se acham inseridos problemas mais substantivos quanto à diferença de classe, à democratização da cultura e à perda do privilégio de um saber que pertencia a poucos”. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, nº 4, 1998. p. 23.

11. Subscrevo aqui a posição de Eneida Maria de Souza: “A posição elitista da crítica, desprovida de pudor e disposta a retornar o desgastado binarismo referente à classificação literária, que diferencia a alta da baixa literatura, não estaria ensaiando uma forma de poder de classe que, uma vez enfraquecida, maior seria o desejo de reativa-lá?” “Onão-lugar da literatura”. In: Raul Antello, Ana Luíza Andrade e Maria Lúcia Barros Camargo (orgs.). *Leituras do ciclo*. Chapecó: Abralic / Corifos, 1999. p. 112.

12. In: *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus, 1995. pp. 241-2.